

Nº				
			909	U

Cacique pataxó é detido pela PM por determinação de juiz

Policiais do 15º BPM prenderam ontem, por volta das 6 horas, em Itabuna, o cacique pataxó há-hã-hãe, Gerson de Souza Melo, sob acusação de tentativa de homicídio contra um fazendeiro em 1994. O mandado de prisão preventiva foi expedido pelo juiz da Comarca de Pau Brasil, Antônio Cândido Garcia de Oliveira.

Gerson de Souza Melo estava retornando de Salvador, onde tinha participado de uma sessão especial da Assembléia Legislativa, como convidado da Comissão de Direitos Humanos, para expor a situação de conflito entre os índios, fazendeiros e a Polícia Militar no município de Pau Brasil.

Junto com o cacique estavam as índias Ilza Rodrigues da Silva e Marilena Jesus dos Santos, além do funcionário da Funai Anacleto Antônio da Silva, que dirigia o Gol em que voltavam da capital. As índias e o funcionário da Funai foram liberados e o cacique conduzido para o 15º BPM, e depois para o Complexo Policial de Itabuna, onde foi mantido incomunicável. No momento da prisão os policiais não apresentaram mandado judicial que a justificasse.

De acordo com o testemunho das índias e do funcionário da Funai, a justificativa do comandante do 15º BPM, tenente-coronel Gilberto Cunha Santana Filho, para a prisão, foi de que o cacique é suspeito do assassinato de dois policiais militares, ocorrido em Pau Brasil, no mês passado. Melo nega ter participado da emboscada. "Tenho a consciência limpa porque nem eu nem ninguém de minha comunidade cometeu crime", disse.

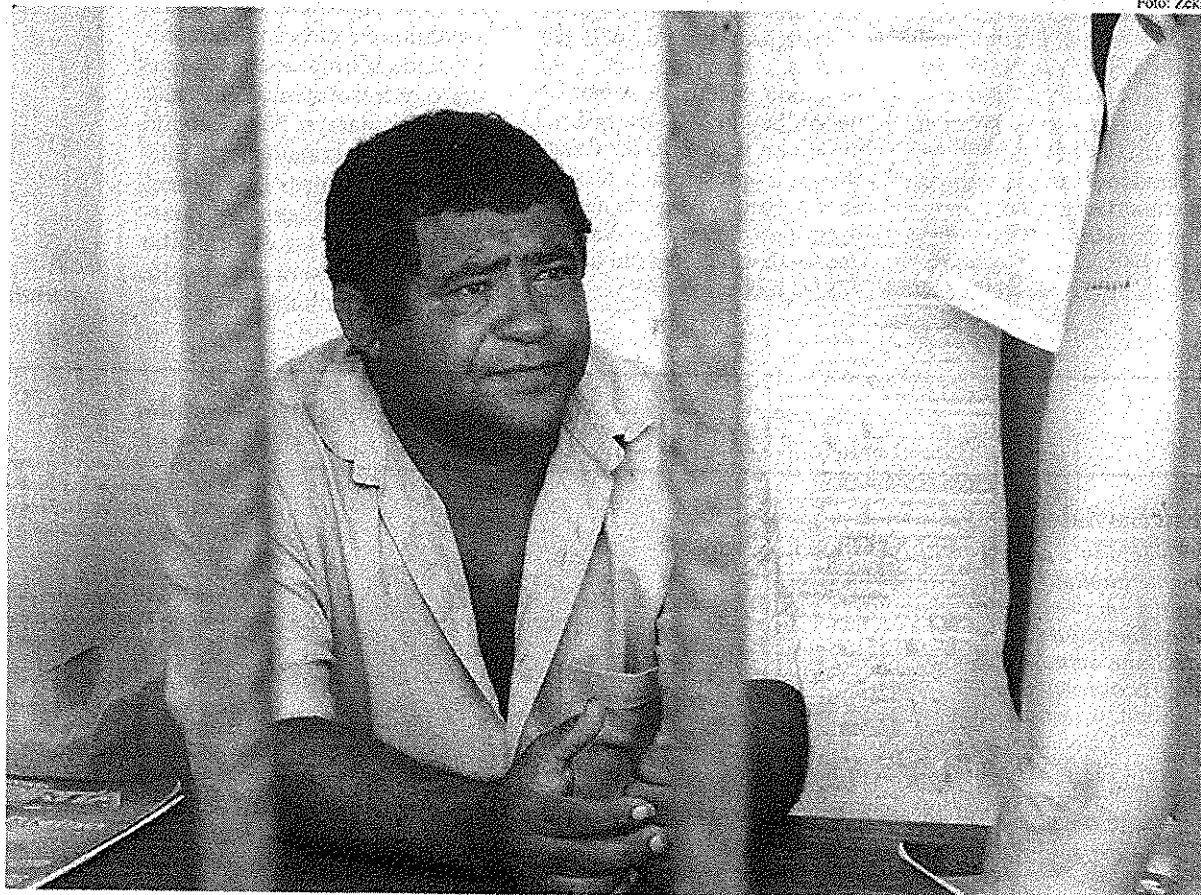


Foto: Zeka

Cacique Gerson de Souza é acusado de tentativa de homicídio; prisão é questionada pela Funai

Funai impetra habeas-corpus

Uma comissão formada por 16 deputados da bancada de oposição da Assembléia Legislativa esteve ontem à tarde na Superintendência da Polícia Federal, em Salvador, para solicitar ação preventiva na região de Pau Brasil, onde os ânimos estão acirrados, após a prisão do cacique Gerson de Souza Melo. O presidente da Funai, Carlos Frederico Mares, entrou com pedido de *habeas-corpus* e manteve contato com o Ministério da Justiça para que o governo federal se manifeste sobre a questão.

Segundo a deputada Moema Gramacho, a discussão agora não é quanto à legalidade da prisão, apesar de o processo

datar de 1994, e sim quanto à sua extemporaneidade. Ela explicou que, durante um dos conflitos ocorridos na região, o cacique fez um disparo de arma de fogo para o alto e foi erradamente indiciado por tentativa de homicídio, apesar da inexistência de vítima. Coincidentemente, alertou. Gerson de Souza Melo fez duras críticas ao comportamento do tenente-coronel Santana, que comanda os PMs em Pau Brasil e de quem partiu a iniciativa da prisão.

Sem mandado

Em contato mantido com o comando, em Salvador, foi

apresentado o mandado de prisão expedido pelo juiz Antônio Cândido Garcia de Oliveira, entregue ao coronel Jorge Luiz dos Santos comandante da PM, às 7h15, mais de uma hora após a prisão, que só pode ter sido realizada sem o documento, avalia a deputada. Preocupado com o aumento da tensão no local, os deputados pediram a intervenção da Polícia Federal, que só pode ser determinada pelo Ministério da Justiça, uma vez que o governo estadual também é réu no processo de desapropriação das terras em litígio e, portanto, não pode manter uma posição parcial, afirma Moema Gramacho.